



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639155 - MS (2021/0005171-4)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : RAFAEL JIVAGO DIAS DE BRITO  
**ADVOGADO** : RAFAEL JIVAGO DIAS DE BRITO - MS021467  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : JESSICA MARTINS FRANCISCO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSICA MARTINS FRANCISCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (*Habeas Corpus Criminal* - Nº 1412664-73.2020.8.12.0000).

A paciente encontra-se presa preventivamente desde 31 de outubro de 2019 em razão da suposta prática do crime previsto no art. 121 do Código Penal.

O impetrante sustenta que a paciente cuida de sua mãe, que está com quadro de saúde abalado em decorrência da diabetes e de problemas cardíacos, bem como cuida e sustenta seus 3 filhos, todos menores de 12 anos de idade.

Afirma que "em todos os depoimentos e provas acostadas nos autos não há citações, menções, provas telefônicas, de que a impetrante tenha participado dos delitos denunciados pelo ministério Público" (fl. 8).

Alega que é ilegal a prisão preventiva em razão da inexistência dos seus pressupostos autorizadores e que há excesso de prazo para a conclusão da instrução processual, porquanto a paciente encontra-se presa desde o dia 31 de outubro de 2019.

Requer a revogação da prisão ou, alternativamente, o deferimento da prisão domiciliar (fl. 33).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, conforme consignado pelo tribunal de origem (fl. 104):

I- Em que pese a alegação trazidas pelo impetrante, esta se reveste, em verdade, de realce à tese de constrangimento ilegal já arguida em um primeiro momento, quando da impetração de anterior habeas corpus. A via estreita do remédio heróico não comporta tal reapreciação, visto não se tratar de fato novo capaz de impor nova análise à ordem anteriormente denegada. Assim, a reiteração de pedido idêntico ao anteriormente examinado condiciona ao não conhecimento do writ ajuizado posteriormente.

II- A questão relativa ao alegado excesso da custódia preventiva deve ser analisada à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, variando de acordo com as peculiaridades de cada caso. Na hipótese, é possível verificar que a ação penal tem tramitado regularmente, aguardando-se a citação de todos os acusados e apresentação das peças de defesa iniciais e, por evidente, somente não teve andamento mais célere em razão da apresentação de inúmeras petições pelos réus.

Assim, considerando a elevada complexidade da instrução do processo, com número excessivo de réus, sem descuidar da gravidade concreta dos delitos imputados aos acusados (homicídio qualificado e organização criminosa), tratando-se os réus de possíveis integrantes de facção criminosa, por ora, não há se falar em excesso de prazo para encerramento da instrução penal.

[...]

IV- A paciente não merece ter o benefício da substituição da prisão preventiva pela domiciliar novamente concedido, de modo que a decisão combatida proferida pelo magistrado condutor do feito reflete o melhor direito.

Rememora-se que nenhum direito é absoluto. No caso em destaque, a paciente foi anteriormente beneficiada com a prisão domiciliar exatamente pelo fato de possuir filho menor que necessitava de atenção especial e, mesmo assim, violou por diversas vezes as regras do monitoramento eletrônico, ultrapassando limite referente à área de permanência, tendo deixado de apresentar justificativas plausíveis para tanto.

Com efeito, a Defesa da paciente não logrou êxito em justificar um total de 13 (treze) violações, tornando-se inarredável concluir que a conduta da paciente, de desrespeitar deliberadamente o regramento de seu regime de prisão domiciliar, não é compatível com aludido benefício.

Considerando, também, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente